



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 31 de maio de 2022

Bolsas Na segunda-feira 0,81% São Paulo 1,76% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 110.579 111.032 25/5 26/5 27/5 30/5	Salário mínimo R\$ 1.212	Dólar Na segunda-feira Últimas cotações (em R\$) 24/maio 4,812 25/maio 4,821 26/maio 4,761 27/maio 4,738 R\$ 4,754 (+0,33%)	Euro Comercial, venda na segunda-feira R\$ 5,125	Capital de giro Na segunda-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 12,88%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06
---	---	---	---	--	--	---	--

GOVERNO

Universidades federais reagem aos cortes

Andifes anuncia mobilização para tentar reverter boqueio de R\$ 3,2 bilhões no Orçamento do Ministério da Educação

» MICHELLE PORTELA

O corte de 14,5% anunciado pelo governo no Orçamento do Ministério da Educação, correspondente a R\$ 3,2 bilhões em investimentos discricionários nas universidades e institutos federais, surpreendeu a comunidade acadêmica de todo o país, uma vez que as instituições já estão com quase todo o orçamento comprometido neste ano. É o caso da Universidade de Brasília (UnB), que já empenhou 99,7% dos recursos que deveria receber do Tesouro e, agora, terá que lidar com um bloqueio de R\$ 36,6 milhões.

Também são aguardadas reduções nos ministérios da Ciência e Tecnologia, de R\$ 2,9 bilhões, e na Saúde, com R\$ 2,5 bilhões. Os recursos, segundo o governo, serão remanejados para garantir o reajuste de 5% nos salários dos servidores federais e o pagamento de outras despesas imprevistas. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reuniu o colegiado, ontem, para discutir formas de mobilização que possam reverter os cortes. Para a entidade, o bloqueio de verbas é um “severo golpe” na saúde financeira das universidades.

De acordo com a reitora da UnB, Márcia Abrahão, “a única solução” é a reversão do contingenciamento. “Estamos com uma inflação alta e com contratos sendo reajustados por força de convenções coletivas. Enfrentamos um grande risco de colapso das instituições”, disse Abrahão. “Os reitores estão bastante indignados, diante de situações dramáticas, e unidos, com voz muito firme sobre o que fazer. Vamos tentar agendas com ministros, no parlamento, entrevistas coletivas com o máximo de reitores presentes, mobilizando a

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Segundo a reitora da UnB, Márcia Abrahão, a instituição, contingenciamento prejudica investimentos e manutenção de serviços básicos

opinião pública”, explicou.

A reitora descarta paralisações institucionais. “Nós não trabalhamos com a suspensão de aulas por questão de sobrevivência da instituição. Os cortes atingem investimento, custeio, assistência estudantil, portanto, não temos outra opção a não ser buscar os recursos”, acrescentou Márcia Abrahão.

Em nota, a UnB explicou que os recursos da instituição “é direcionado basicamente a investimentos em ciência, como compra de equipamentos de laboratório e livros, assim como para a manutenção das

atividades, com o pagamento de serviços básicos, como água e luz, além de garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Aluno do sexto período de direito, Victor Carvalho, 25 anos, destacou a preocupação com a possível suspensão de serviços de assistência universitária, como alimentação e poio para a aquisição de equipamentos de inclusão digital. Victor recebeu por dois semestres o auxílio alimentação de R\$ 400 que a UnB forneceu a estudantes, no primeiro ano da pandemia.

“Nos grupos de estudantes, há muitas dúvidas sobre o que vai acontecer e quais os riscos para os programas de assistência”, explicou Carvalho, que também é diretor de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A crítica aos cortes veio também de dirigentes de outras universidades. Os reitores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), destacaram que o contingenciamento compromete o funcionamento

a manutenção das instituições.

Ciência e Tecnologia

Dos R\$ 3 bilhões do corte no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), ao menos R\$ 2,5 bilhões devem ser retirados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), voltado ao fomento à pesquisa. O corte de verbas reduz para menos da metade o valor aprovado pelo Congresso Nacional para o FNDCT em 2022, de R\$ 4,5 bilhões — uma queda de 44,76% em comparação com o orçamento liberado em 2021.

Bolsonaro vê “reajuste abusivo”

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que outras categorias do funcionalismo público são o “grande problema” que impede um reajuste à Polícia Rodoviária Federal (PRF) maior do que os 5% que o governo promete para todos os servidores federais. De acordo com o chefe do Executivo, os demais servidores querem reajustes “até abusivos”.

“Digo a vocês publicamente, PRF (policiais rodoviários federais): o grande problema não é o nosso lado. São os colegas, outros servidores, que não admitem reestruturar vocês sem dar aumentos, até abusivos, para o outro lado”, disse o presidente, em entrevista coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem em Recife (PE), após sobrevoo em áreas afetadas pela chuva no estado.

Bolsonaro pretendia, com o reajuste, retomar o diálogo com a base do funcionalismo que o apoia, mas a relação ficou estremeada após o anúncio da reforma administrativa. Segundo dirigentes da categoria, os servidores da área da segurança pública se sentiram “traídos” pelo presidente, que não cumpriu até agora a promessa de reestruturar as carreiras. A estratégia, contudo, ficou inviabilizada com a mobilização de outros setores e, agora, ele sofre pressão de greves em massa do funcionalismo público brasileiro. Para evitar maior desgaste, o presidente acusa o Orçamento de ser o vilão.

“Pessoal da PRF somos o primeiro governo que tem ter de gastos. Eu não posso dar um aumento para a PRF, para a Polícia Federal, para (os servidores da) Receita Federal, para quem quer que seja, sem exigir uma dotação orçamentária para tal”, destacou.

Na semana passada, ao sair de uma igreja em Brasília enquanto gravava teasers para a campanha eleitoral, o presidente ainda apelou contra greves de servidores. “Eu apelo aos servidores, reconheço o trabalho de vocês, mas a greve não vai ser solução, porque não tem dinheiro no Orçamento. Eu sou o primeiro presidente a ter tido no Orçamento. Outros não tinham, poderiam reajustar, eu não posso”, disse, na ocasião.

Servidores rejeitam 5% e mantêm greve

» FERNANDA STRICKLAND

Mesmo o governo cortando R\$ 14 bilhões do Orçamento para garantir reajuste de 5% aos servidores federais, várias carreiras do funcionalismo mantêm paralisações para pressionar por aumento maior de salários. Ontem, funcionários da Controladoria-Geral da União (CGU) iniciaram a greve aprovada na última semana. Mas a categoria não é a única que está paralisada; os servidores do Banco Central (BC), por exemplo, já estão de braços cruzados desde o início de abril.

As lideranças das categorias afirmam que não vão suspender as greves porque consideram que o reajuste de 5% é insuficiente para repor as perdas provocadas pela inflação nos últimos anos. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, explicou que, de janeiro de 2017 até agora, essas



perdas, medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegam a 34%. “Conceder 5% não vai repor nem 15% da perda do poder de compra dos servidores” disse. “É claro que é melhor que nada, mas é completamente insuficiente. Amanhã (hoje), a partir das 14h, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, vamos dar um recado final para o governo.”

O diretor da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU (Fenajufe), Thiago Duarte, criticou as justificativas do presidente para negar reajuste salarial (ver matéria ao

lado). “Não aceitaremos que Bolsonaro jogue servidor contra servidor”, disse. “Todos nós merecemos, e se tem dinheiro para Orçamento Secreto, tem também para a recomposição inflacionária emergencial”, disse.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fabio Faiad, disse que vai propor a continuidade da greve em assembleia que será realizada hoje.

Em nota, a Unacon Sindical disse que o reajuste linear de 5%, além de insuficiente diante da alta do custo de vida, não impede o desalinhamento remuneratório

entre carreiras de Estado do Executivo, reconhecido pelo próprio governo no início deste ano.

“O percentual anunciado não repõe nem mesmo a inflação do último ano e mantém o cenário de perdas acentuadas para a carreira de finanças e controle”, pontuou o sindicato.

Segundo levantamento da entidade, para retornar ao patamar remuneratório de janeiro de 2019, data do último reajuste, é necessária uma reposição de 24%. “O mesmo cálculo evidencia que o salário real dos auditores e técnicos federais de finanças e controle se encontra no menor patamar dos últimos 13 anos e, ainda, que as perdas acumuladas desde 2009 podem chegar, ao fim deste ano, a 40%”, informa a nota.

O Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) informou que vai manter ações como a entrega de cargos de chefia e a operação-padrão nas fronteiras.



Não aceitaremos que Bolsonaro jogue servidor contra servidor. Se tem dinheiro para Orçamento Secreto, tem também para a recomposição emergencial”

Thiago Duarte, diretor a Fenajufe

BRB BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A. **GDF**
BANCO DE BRASÍLIA CNPJ: 00.000.208/0001-00

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
HELI JOÃO DE MELO, portador do CPF nº 431.492.196-04, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento, Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no BRB-Banco de Brasília S.A., CNPJ nº 00.000.208/0001-00. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito à vista do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Doorf mencionado abaixo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Gerência Técnica em Recife (GTREC)
Brasília, 26/5/2022